

SUPERINTENDÊNCIA JURÍDICA

MEMO 022/2025

PROCESSO: 33860/2024 - Pregão Eletrônico n.º 001/2025

INTERESSADO: Setor de Compras – FZ

ASSUNTO: Parecer Jurídico – Análise de Impugnação – Processo n.º 33860/2024 –

Pregão Eletrônico n.º 001/2025

Impugnante: Konimagem Comercial Ltda.

EMENTA: Parecer Jurídico relativamente à impugnação e demais atos correlatos, referentes ao Processo n.º 33860/2025 – Pregão Eletrônico n.º 001/2025 – Aquisição de Equipamento de Ultrassom Portátil para o Instituto do Coração do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo ("InCor-HCFMUSP"). Indeferimento dos Pedidos constantes na Impugnação.

I.- DAS PREMISSAS

Inicialmente, cumpre observar que os recursos objeto do Processo n.º 33860/2024 – Pregão Eletrônico n.º 001/2025 ("**Processo**") são originários do Projeto 1199 - Convênio FINEP nº 1733/22 – Doenças Raras. Desta feita, a presente contratação encontra-se sob a égide da Lei Federal n.º 14.133, de 01 de abril de 2021 ("**Lei de Licitações**") e legislação aplicável, na forma do artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal, que institui normas relativas às licitações e contratos administrativos.

II.- DO RELATÓRIO

Vem ao exame desta Superintendência Jurídica a Impugnação interposta pela empresa **Konimagem Comercial Ltda.** ("**Impugnante**") em fls.104/108, nos





autos do Processo do Pregão Eletrônico n.º 001/2025 ("**Pregão**") cujo objeto é a aquisição de Ultrassom Portátil para o Instituto do Coração do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo ("**InCor-HCFMUSP**").

Inicialmente a Fundação Zerbini publicou o aviso de procedimento em seu endereço eletrônico, especificamente na página Fornecedores / Processos de Compras do seu site em 14 de Outubro de 2024 (fls.186), em jornal de grande circulação (fls.182), no D.O.U. (fls.181) e divulgou por e-mail datado de 19 de Fevereiro de 2025 enviado a diversas empresas de potencial interesse no objeto do procedimento (fls.184/185), para participação de eventuais interessados na sessão a ser realizada no dia 07 de Março de 2025 as 09h00min.

A impugnação foi anexada via Bolsa Brasileira de Mercadorias (<u>Página Inicial</u> - <u>BBMNETnovobbmnet.com.br</u>) em 24 de Fevereiro de 2025 às 17h08min, conforme fls.188.

É o relatório do quanto processado. Passamos a opinar.

III. DA TEMPESTIVIDADE E DO JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE.

Inicialmente cabe à análise inicial com relação à tempestividade das impugnações ora recebida. Com relação ao prazo para impugnação, o Edital é expresso em determinar em seu item 11.1 o que segue:

11 - DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

11.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei e do Regulamento de Compras e Contratações da Fundação Zerbini, devendo protocolar o pedido em até 03 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.



Tendo como preceito a norma supracitada, e considerando que a Sessão Pública do Pregão Eletrônico foi agendada para o dia 07 de Março de 2025 às 09h00min, conclui-se que a impugnação mostra-se **tempestiva**, motivo pela qual será conhecida.

IV. DAS ARGUMENTAÇÕES DA IMPUGNANTE E DA ANÁLISE PROCESSADA PELA EQUIPE TÉCNICA.

A Impugnante, em sua peça exordial, pontuou a existência de especificações contidas na descrição técnica que merecem ser revistas, afim de proporcionar a participação de uma gama diversa de participantes, os quais seguem pontuadas a seguir:

1- DA NECESSIDADE DE ADEQUAÇÃO DO EDITAL

A exigência de 10 potenciômetros limita a participação de fornecedores e restringe a competitividade do certame, contrariando os princípios da isonomia e da ampla concorrência estabelecidos na Lei de Licitações (Lei n° 14.133/2021).

Propomos a alteração para mínimo de 8 potenciômetros, pois essa reformulação:

- a. Permite que cada fabricante ofereça solução compatível ao seu equipamento, sem comprometer a qualidade da aplicação clinica;
- b. Aumenta a participação de fornecedores, ampliando a competitividade e promovendo melhores preços ao processo licitatório, e;
- c. Mantém o desempenho esperado para aplicações clinicas, uma vez que os equipamentos com 8 potenciômetros são plenamente capazes de fornecer um controle eficaz da curva de ganho (TGC).

A Impugnante argumenta que, sob o aspecto técnico, "Os equipamentos modernos de ultrassonografia utilizam algoritmos avançados de otimização de imagem e controle eletrônico de ganho, tomando desnecessário um número fixo de 10 potenciômetros. O controle de TGC com 8 potenciômetros já é suficiente para ajustes eficazes de compensação da atenuação do feixe ultrassônico, permitindo





que o operador corrija a intensidade do sinal recebido sem prejuízo ao diagnóstico. Além disso, o padrão da indústria não determina obrigatoriamente 10 potenciômetros, havendo diversas soluções tecnológicas que garantem o mesmo desempenho com um número menor, sem afetar a precisão e qualidade da imagem. Tal exigência, portanto, pode favorecer indevidamente determinados fornecedores em detrimento de outros que oferecem tecnologia equivalente (fls189).

Ao final, a Impugnante requereu: "(a) Que o certame seja suspenso, caso essa Administração julgue necessário, para retificação do memorial descritivo observando os prazos legais contido na alínea "a", do inciso I, art. 55 bem como o disposto no parágrafo único do art. 164, ambos dispositivos da Lei 14.133/2021; e; (b) Que seja alterado os Ajustes automáticos para curva de ganho (TGC) de 10 para 8 potenciômetros."

V. DA MANIFESTAÇÃO DA EQUIPE TÉCNICA.

Instada em se manifestar, a Equipe Técnica tomou conhecimento das alegações da Impugnante, pontuando que, "Após análise do pedido de impugnação da empresa Konimagem, a equipe técnica aceitou o pedido realizando a alteração proposta no memorial descritivo do edital. Solicitamos que seja publicada a nova versão do edital, se possível mantendo a data marcada na plataforma eletrônica.".

VI. DO MÉRITO.

O âmago da questão recai sobre uma das exigências dispostas no Termo de Referência e que, segundo a Impugnante, deve ser modificada visando possibilitar a participação de outras empresas, e que de esta modificação não trará prejuízo a instituição sob o aspecto técnico.



Ao analisarmos as argumentações da Impugnante e a devolutiva da Equipe Técnica, que acolheu a argumentação da Impugnante e solicitou a publicação de novo Termo de Referência, de modo que nada temos a opor, haja vista que a Impugnação em comento versa única e exclusivamente sobre aspectos de cunho técnico relacionado ao Termo de Referência do Equipamento objeto do certame.

Em tratativas com a Equipe Técnica, restou acordado que a redação com relação a exigência supracitada deverá ser a seguinte:

Console de comando com: rodízios independentes, com travas para giro e rolamento, gravador de CD/DVD embutido (de fábrica), regulagem de altura do console de comandos e suporte para os transdutores; teclado alfanumérico; Manuseio do cursor por trackball. Utilização de teclas programáveis para funções avançadas definidas pelo usuário; Ajustes automáticos para curva de ganho (TGC) com no mínimo 08 potenciômetros.

VI. CONCLUSÃO

Ante o explanado, esta Superintendência Jurídica, fundamentada nos termos do instrumento convocatório, na melhor doutrina e no que consta disposto na Lei de Licitações e na Lei do Pregão, bem como nos princípios legais e constitucionais garantidores da lisura do presente procedimento, opina pelo deferimento dos pedidos constantes na Impugnação de fis.189 apresentado pela empresa Konimagem Comercial Ltda., em consonância ao Parecer Técnico disposto no presente processo.



Por derradeiro, mostra-se conveniente ressaltar que compete a esta Superintendência Jurídica a análise sob o prisma eminentemente jurídico, não lhe cabendo adentrar em aspectos relativos à conveniência e à oportunidade da prática dos atos administrativos, tampouco examinar questões de natureza estritamente técnica, administrativa e/ou financeira.

À consideração superior.

São Paulo, 27 de Fevereiro de 2025.

Dr. Marcos Folla

Advogado

Revisão e Aprovação:

Dra. Ana Camila Lima dos Anjos

Gerente Jurídica